

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.226 - BA (2019/0249043-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADORES : GIOCONDA RYANA LADEIA O'DWYER - BA013916
THAÍS DE SÁ PIRES CALDAS E OUTRO(S) - BA019347
AGRAVADO : MAGO PATRIMONIAL LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO AMORIM ARAUJO - BA017050
MILENA DE ANDRADE OLIVEIRA E OUTRO(S) - BA021424
PEDRO ABREU GOES DE ARAUJO - BA035095

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ITBI. COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS. ATIVIDADE PREPONDERANTE NÃO COMPROVADA PARA FINS DE RECOLHIMENTO OBRIGATÓRIO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 283/STF, POR ANALOGIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, POR ANALOGIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA.

1. Trata-se de Agravo em Recurso Especial apresentado contra decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a* da Constituição da República, no qual se insurgiu contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/BA, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ITIV - INSUBSISTÊNCIA DA NOTA FISCAL DE LANÇAMENTO - COMPRA E VENDA DE BENS IMÓVEIS - INEXISTÊNCIA DE PROVA DA ATIVIDADE PREPONDERANTE.

1. *A regra da imunidade ao pagamento do ITIV, não alcançará as empresas que tiverem mais de 50% da sua receita operacional, nos 02 anos anteriores e nos 02 anos subsequentes à aquisição, decorrentes das transações de compra e venda, locação e arrendamento mercantil de bens imóveis.*

2. *Lado esta definição, dispõe o §2º do art. 36*

Superior Tribunal de Justiça

do CTN que, se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 02 anos antes dela, a preponderância será apurada levando-se em conta os 03 primeiros anos seguintes à aquisição.

3. *In casu, não cuidou a agravante de comprovar o fato constitutivo do seu direito creditório, devendo a dúvida gerada pela ausência de comprovação ser sanada de maneira mais favorável ao contribuinte.*

Decisão mantida.

2. Embargos Declaratórios opostos às fls. 144/145 e rejeitados às fls. 147/153.

3. Nas razões do seu Recurso Especial inadmitido, a parte recorrente alegou que o Tribunal de origem contrariou o disposto nos arts. 458, II e III e 535, I do Código Buzaid, porquanto não esclareceu, nem em sede de Aclaratórios, alegada contradição em relação à necessidade de produção de provas.

4. É o relatório.

5. Razão não assiste à Municipalidade, porquanto não impugnou, nas razões do Recurso Especial, fundamentos suficientes à manutenção do aresto hostilizado. Aplicável, assim, o óbice inserto na Súmula 283/STF, por analogia.

6. Ademais, a parte agravante também não apresentou fundamentos suficientes para comprovar a controvérsia apontada, o que atrai, também por analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

7. Como reforço argumentativo de tais alegações, pede-se vênia para transcrever trecho do acórdão dos Aclaratórios, que se manifestou expressamente sobre a alegada contradição:

(...).

Da análise detida dos aclaratórios manejados, tem-se que a

Superior Tribunal de Justiça

embargante não se descuidou de apontar no acórdão atacado qualquer ponto omissso, obscuro ou contraditório, que justificasse a oposição deste instrumento.

Isso porque, o que a acórdão vergastado deixou claro que os documentos acostados à inicial são suficiente, sim, para justificar o acolhimento do pleito do embargado e, lado outro, acaso houvesse como desconstituir o direito do embargado, este ônus competiria ao embargante.

(...).

8. Posto isso, não se desincumbiu a Municipalidade de comprovar alegada ofensa aos artigos suscitados. O Tribunal de origem apreciou, fundamentadamente, a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se que, malgrado não ter o Colegiado acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Afora isso, julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa às normas ora invocadas.

9. Ante o exposto, conhece-se do Agravo em Recurso Especial para não conhecer do Recurso Especial do MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR